

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

RUA CELSO TOZZO, 27 - CENTRO - Cordilheira Alta - SC
 CEP: 89819-000 CNPJ: 95.990.198/0001-04 Telefone: (49) 3358-9100

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**6/2023****Nº Processo:** 36/2023**Data Processo:** 27/03/2023

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 1/2023

Reuniram-se no dia 27/03/2023 as 13:30, no(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, os Membros da Comissão de Licitação com o objetivo de licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SOFTWARE COM MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO CORRETIVO E EVOLUTIVO PARA CONEXÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E O IGP/SC PARA A O ENVIO E COMPARTILHAMENTO DE DADOS NECESSÁRIOS PARA A CONFECÇÃO DAS CARTEIRAS DE IDENTIDADE.

Abaixo seguem os licitantes que participaram da licitação:

GRIAULE LTDA

05.248.770/0001-71

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

ÀS 13:30 HORAS DO DIA 27 DE MARÇO DE 2023, NA SALA DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC, REUNIU-SE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, NOMEADOS PELO DECRETO MUNICIPAL N° 301/2021, 13 DE AGOSTO DE 2021, PARA CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO. A PARTICIPANTE DO CERTAME NÃO ESTAVA PRESENTE, APENAS FEZ O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO. INICIOU-SE A CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ONDE FORA VERIFICADO A REGULARIDADE DOS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O SOLICITADO NO EDITAL, E A EMPRESA GRIAULE LTDA, APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL, SENDO HABILITADA. NÃO HAVENDO MAIS NADA A SE TRATAR, DEU-SE POR ENCERRADA A SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO. EU ANDRESA BREANCINI, PRESIDENTE DA COMISSÃO DESIGNADA LAVREI A PRESENTE ATA.

RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A razão da escolha deu-se pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 2021TN000038/IGP, datado de 11 de junho de 2021, firmado entre o Município de Cordilheira Alta e o Estado de Santa Catarina, por meio do Instituto Geral de Perícias (atualmente Polícia Científica de Santa Catarina), a qual determina uso de software que esteja em conformidade com os padrões adotados pelo IGP/SC.

Conforme indicado no ANEXO I, do processo licitatório do IGP/SC a empresa Graule Ltda foi a vencedora do referido certame, portanto é a única empresa autorizada pelo IGP/SC a fornecer o software, inviabilizando deste modo qualquer outra forma de contratação ou competição.

De acordo com a Lei, os contratos celebrados com terceiros na Administração Pública devem ser necessariamente precedidos de licitação, excepcionando essa regra ressalvadas as hipóteses quando o objeto em questão se enquadrar em dispensa ou inexigibilidade.

Segundo o estatuto das Licitações, quando se tratar de compras conforme art. 15, I, da Lei 8.666/93 sempre que possível, deve-se atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas;

Nesse viés, Marçal Justen Filho alerta que:

“A cláusula “sempre que possível” não remete à discricionariedade da Administração. Não é equivalente a “quando a Administração quiser”. A fórmula verbal torna impositiva e obrigatória a adoção das providências constantes do elenco, ressalvadas as hipóteses em que tal for “impossível”.

Ainda:

“A inviabilidade de competição se configura não apenas quando a ausência de pluralidade de alternativas afasta a possibilidade de seleção. Pode configurar-se inviabilidade de competição, para os fins do art. 25 da Lei n.º 8.666, mesmo quando existirem no mercado inúmeros particulares em condições equivalentes de desempenhar a prestação necessária à satisfação do interesse público. A inviabilidade de competição também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantajosidade for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida, ou ainda quando a realização da licitação inviabilizar a contratação de um entre os diversos sujeitos aptos a executar satisfatoriamente o contrato visado pela administração.

A opinião compartilhada por Diógenes Gasparini que nos apresenta o seguinte comentário:

“Padronizar significa igualar, uniformizar, estandardizar. Padronização, por sua vez, quer dizer adoção de um estander, um modelo. A palavra “princípio” indica o básico, o elementar. Assim, deve a entidade compradora, em todos os negócios para a aquisição de bens, observar as regras básicas que levam à adoção de um estander, de um padrão que, vantajosamente, possa satisfazer as necessidades das atividades que estão a seu cargo...”.

Conforme Adilsom Abreu Dallari:

“sendo interesse público, o problema da determinação de marca é prerrogativa indispensável à Administração Pública... e quanto a especificação deve ser motivada apenas pelo objetivo de identificar o bem ou serviço exatamente adequado para satisfazendo o interesse público e nunca como um subterfúgio destinado exclusivamente a evitar licitação.” (in “Aspectos Jurídicos da Licitação”, Editora Saraiva, p. 61)

Assim, face ao princípio da legalidade, após vencida a licitação efetuada pelo IGP/SC efetivou-se a padronização do uso do sistema de software oferecido pela empresa Griaule Ltda, para efetuar as conexões entre Município e o IGP/SC para envio e compartilhamento de dados necessários para a confecção das carteiras de identidade. Deste modo a presente contratação utiliza-se dos padrões previamente fixados contratando a empresa vencedora do referido Processo licitatório efetuado pelo IGP/SC para instalação do software.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

ANDRESA BREANCINI
PRESIDENTE

ANGELITA GABRIEL
MEMBRO

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA
MEMBRO
